



O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil na I GM

ANO 2017

Janeiro

Nº 193

— UM EXÉRCITO MODERNO PARA AS CONDIÇÕES BRASILEIRAS —

Ernesto Caruso (*)

Publicado na revista A DEFESA NACIONAL, Mai/Jun 1984.

RESSALVAS (31/12/2016):

Como lembrado acima o artigo representa uma fotografia do que era em 1984. Do texto, destaque-se, "Assim, a estrutura organizacional de determinadas OM atende às necessidades de defesa externa (OM tipo I) e, de outras, às de defesa interna, formação de reserva ou até de absorção de parcela maior da juventude no Serviço Militar (OM tipo II)." Daí, é possível avaliar-se uma forma de ampliar a formação da reserva através as OM do tipo II, com aquartelamentos menores, alojamentos reduzidos ao mínimo necessário, poucos meios de transporte, etc., apropriando-se como funcionam as escolas, com turnos matutinos e vespertinos, com menor apoio administrativo. Escolas de civismo e de civilidade, carências nos dias atuais.

Hoje, já existem Grupos Logísticos e o Exército forma doutores e mestres em Ciências Militares, o que então, chamamos Ciências da Guerra.

Em atenção à História, em particular da Guerra do Paraguai, estudar a possibilidade de mudar a denominação de Artilharia Divisionária para Brigada de Artilharia de Campanha, mantendo-se a mesma doutrina de emprego da AD. O Exército possui Brigada de Artilharia Antiaérea que já foi Brigada de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Destacar que ao invés se ter um adestramento completo em cinco anos, como era voltado basicamente para os quadros e com a participação anual dos soldados, este poderia ser realizado em muito menor tempo, talvez em dois anos, mas com um mesmo conjunto.

Comparar o quadro da época, o que foi feito, como está e como se pretende que o EB seja no futuro. Para refletir: A conscrição feita a cada ano, sem efetivos de pronta resposta com adestramento completo é a melhor opção? A divisão dos poucos recursos por todos, em termos de segurança, prepara efetivos para o combate?

INTRODUÇÃO

O ideal para o Exército Brasileiro é ter suas organizações militares (OM) operacionais no nível máximo de operacionalidade desde o tempo de paz. Esse nível, chamado OPERACIONALIDADE PLENA, preconiza que os recursos materiais e humanos da OM

estejam ordenados, quantificados e preparados adequadamente para o desenvolvimento da eficiência operacional e do poder de combate para emprego em operações de guerra, defesa territorial e defesa interna, e que permita o desenvolvimento de sua preparação para executar todas as missões previstas nos quadros de organização, por períodos prolongados. (DGI/EME 84-89)

O Exército Brasileiro existe para as operações de guerra, defesa territorial, defesa interna, para manter a ação de presença e, porque não dizer, como uma grande escola de civismo.

Como então, atender a essas necessidades considerando as condições brasileiras envolventes?

O problema é complexo e não permite soluções como, por exemplo, manter-se a mesma estrutura para atender a todas as missões, bem como dividir pura e simplesmente os recursos humanos e materiais pelas organizações existentes.

Há que se fazer uma seleção de frentes, procurando destinar os recursos de acordo com as missões de cada organização militar.

O problema é tão mais complexo, na medida em que:

- aumenta a escassez de combustível, dificultando os grandes deslocamentos para os campos de instrução;
- a munição é pouca para instruir eficientemente grandes efetivos;
- há muitos claros nos efetivos essenciais à instrução, como capitães, tenentes e sargentos;
- os recursos do país não permitem a aquisição de material moderno para grandes efetivos;
- aumenta a distância entre o homem brasileiro e o material de tecnologia mais sofisticada; e muito principalmente,
- não se poder reduzir os efetivos, face às responsabilidades do Exército para com este país de dimensões continentais.

Diante do problema abordado, é

- impossível que todas as organizações tenham OPERACIONALIDADE PLENA;
- desnecessário que, presentemente, todas a tenham; e
- impositivo que um determinado número de organizações a tenha logo.

Em consequência, o enfoque deste trabalho repousa basicamente sobre as atividades do Exército nos campos dos recursos humanos e materiais, que possam interferir globalmente no seu desempenho.

Os assuntos que passaremos a abordar sugerem algumas ideias de como poder-se-ia adotar uma sistemática diferente e atual, procurando encontrar soluções alternativas para os problemas sócio-econômicos do país e do preparo da Força Terrestre.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional deve ser adequada não somente quanto à arma, Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia..., mas também para atender finalidades específicas, já que o ideal de se possuir todas as OM em nível máximo de operacionalidade é impossível.

Assim, a estrutura organizacional de determinadas OM atende às necessidades de **defesa externa e, de outras, às de defesa interna, formação de reserva ou até de absorção de parcela maior da juventude no Serviço Militar.**

Por outro lado, há necessidade de se ter **em todos escalões, organizações com estrutura de guerra, inclusive no que se refere ao Apoio Administrativo.**

Senão, vejamos:

Batalhão, Regimento ou Grupo

Essas OM são de dois tipos. As chamadas Tipo I são completas em recursos humanos e materiais e preparadas para a Operacionalidade Plena. As outras são do Tipo II, dotadas com menos recursos humanos e materiais, particularmente suficientes tão somente para a Instrução Individual Básica e de Qualificação e são fundamentalmente voltadas para a defesa interna e ação de presença.

Brigada

Brigadas do Tipo I, completas, enquadrando somente OM do Tipo I e Brigadas do Tipo II, enquadrando OM dos Tipos I e II ou só II.

Divisões de Exército

Divisões do Tipo I, enquadrando somente Brigadas do Tipo I e com Base Divisionária, constituída de OM do Tipo I, bem como Divisões do Tipo II, enquadrando Brigadas e OM dos tipos I e/ou II.

Artilharia Divisionária

De forma idêntica à da Brigada.

Exército

Nesse escalão verificamos ser necessário que pelo menos um Exército possua a estrutura operacional completa em todos os níveis (Ex, DE, Bda, Tr Ex e Cadeia do Ap Adm) mas não obrigatoriamente que todos os seus componentes sejam do Tipo I. Isto é, no mínimo possuir uma DE Tipo I, Tr Ex (com OM Tipo I), Cadeia do Ap Adm (com OM Tipo I) e alguma Artilharia de Exército. É necessário que exista, por exemplo, um Gpt Log de Exército para que realmente funcione e nele se possa praticar as atividades que lhe são inerentes.

PESSOAL

Cabos e soldados

Os cabos e soldados são formados basicamente nas OM Tipo II, sendo posteriormente transferidos, os necessários, para OM Tipo I.

Cria-se figura do **soldado especialista**, engajado e com razoável salário, para atender atividades com direção auto, burocracia (datilografia, arquivo), mecânica de autos, de armamento, etc.

Os motoristas permanentes acarretam maior durabilidade das viaturas, com menos despesas de manutenção, além de se evitar, anualmente, a formação de motoristas, o que representa um grande desgaste no meio de transporte.

Os burocratas, na medida que fossem se aperfeiçoando, substituiriam os sargentos nessa atividade, o que atende o recompletamento da tropa, além de significar uma grande economia em pagamento de pessoal. Os mecânicos, à semelhança dos burocratas, substituiriam os sargentos. Uns como outros são movimentados para escalões superiores

de acordo com a atividade que exercem. Por exemplo, um burocrata inicia a carreira em um batalhão, indo concluí-la nos grandes comandos já bastante experiente. Um mecânico finaliza a sua carreira nos Parques, etc...

Sargentos

Os sargentos de carreira e temporários devem ser recrutados basicamente dos efetivos engajados nas OM Tipo I, embora percentual das vagas para os de carreira seja preenchido por elementos aprovados em concurso público. A vivência na tropa, o conceito ao longo dos anos e o mérito intelectual proporcionariam condições para uma eficiente seleção. O acesso não deve ser automático para se evitar que um sargento antes tido como excelente, se revele um despreparado sargenteante, subtenente ou oficial.

Às vezes, um militar que se destaca como soldado mecânico não se revela um bom sargento. Há que se constatar as qualidades de chefia inerentes a um comandante de pequenas frações e não, por simples promoção, perder um bom “executante” e ganhar um mau “mandante”. Os cursos de extensão são realizados para se aprimorar o sargento na atividade que executa ou que venha a executar.

Oficiais

1) O curso na AMAN

O curso de formação do oficial engloba o ensino fundamental e profissional. O fundamental de nível superior o qualifica para as atividades administrativas que irá enfrentar ao longo da carreira, bem como lhe proporcionar o embasamento cultural compatível com o exercício de suas funções de oficial do Exército Brasileiro. É o **bacharel em Ciências Administrativas**. Já o ensino profissional o capacita para exercer as funções de instrutor de tropa, de subalterno e de comandante de subunidade.

O curso é concluído em quatro anos. Os dois primeiros básicos e os seguintes nas armas. Nos dois anos de Curso Básico devem ser abordados conhecimentos gerais de Infantaria até o nível comandante de subunidade. A Infantaria é o núcleo, em torno do qual todas demais gravitam. Portanto, é fundamental conhecê-la bem, para apoiá-la eficientemente.

Nos cursos das armas ocorre a preparação específica dos correspondentes materiais e seu emprego até nível capitão. É o **Bacharel em Ciências da Guerra**.

2) O curso na EsAO

O curso de aperfeiçoamento do oficial deve abranger também os dois campos: o fundamental e o bélico. No ensino fundamental se deve buscar a especialização do oficial, de acordo com a sua vocação, determinada área das Ciências Administrativas, como Administração de Pessoal, de Material, Financeira, etc... Prepara-se, em consequência, o profissional de 1ª e 4ª Seções. O ensino bélico, além da parte comum a todos, prepara o profissional de 2ª e 3ª Seções. **Tem-se o mestrado em Ciências Administrativas e Ciências da guerra**.

O militar, a partir desse nível de preparo percorre **um corredor de profissionalização**, podendo se dizer: **“O chefe da 1ª Seção (Pessoal) de hoje será o Chefe do Departamento Geral do Pessoal do amanhã”**.

A experiência adquirida com o passar dos anos se acumula de tal maneira que, ao fim de alguns anos, há um domínio total dos assuntos de determinado campo de atividade. Em consequência, as movimentações ficam condicionadas à existência de vagas específicas. O

capitão ocupa uma das seções do estado-maior da OM, para a qual foi preparado, ou assume o comando de subunidade em qualquer Unidade que vá servir.

A fim de diminuir custos, o Exército designará alguns oficiais para realizarem cursos de especialização em universidades no Brasil ou até no estrangeiro, aperfeiçoando ainda mais o sistema.

3) O curso na ECEME

Nesse nível, à semelhança do que vem ocorrendo, se busca atingir o doutorado em Ciências Administrativas e Ciências da Guerra, de forma específica. Os oficiais somam conhecimentos de acordo com as suas especialidades.

4) O instrutor de Escola

O sistema contará com um instrutor mais bem preparado, pois nos vários níveis de atuação, acumulou informações que se sedimentaram ao longo da carreira. Um instrutor de operações, por exemplo, ao ministrar suas aulas, ilustraria os assuntos com exemplos históricos importantes que se incorporaram ao seu dia-a-dia e não por constar no Plano de Sessão. Todos ganham. Os alunos por participarem de aulas mais atraentes, os instrutores pelo domínio da matéria sem necessidade de intensa preparação e o sistema pela resultante dessa interação efetiva.

Para estimular nossa memória façamos a seguinte pergunta: Quem não assistiu a alguma conferência proferida por algum emérito especialista em determinado assunto? Naturalmente vamos nos lembrar de três ou quatro expressões escritas no quadro-negro ou projetadas e uma narrativa de três horas sobre o tema proposto. Isto se consegue através muitos anos de militância na mesma atividade. Só com a profissionalização se conquista esse objetivo. O S1 (Chefe da 1ª Seção – Pessoal) de hoje, Chefe do Departamento Geral do Pessoal do amanhã, o S3 (Chefe da 3ª Seção – Operações) de hoje, Chefe de um Departamento ou Diretoria de Adestramento e Doutrina amanhã, percorrendo cada um o seu corredor, atingirão esse ponto.

5) O nível universitário

É importante o nível universitário do oficial, seja para o da ativa, formado na AMAN ou, seja para o da reserva formado no CPOR. A conjuntura assim exige. Tanto os equipamentos, cada vez mais sofisticados, como o nível de instrução dos subordinados, reforçam a argumentação.

Pelo simples compulsar de algumas revistas de origem estrangeira, verificaremos o nível de escolaridade dos articulistas:

- Major-General RLW: título de Bacharel da Academia Militar de West Point e de Mestre da Universidade de Washington;
- Cel RMS: títulos de Bacharel, da Universidade de Nebraska e Mestre da Universidade de Long Island;
- Cel DCC: títulos de Mestre e Doutor da Universidade de Illinois;
- Ten Cel PTD: títulos de Bacharel da Academia Militar dos EUA e de Mestre da Universidade de Georgetown;
- Ten Cel LMJ: títulos de Bacharel e de Mestre da Universidade de Iowa;
- Ten Cel JMCJ: títulos de Bacharel do Instituto Politécnico da Virginia e de Mestre da Universidade de Utah;
- Major RFB: título de Mestre da Universidade de Indiana;
- Major VPB: título de Bacharel em Ciências da Academia Militar de West Point;

- Major JJK: títulos de Bacharel da Academia Militar de West Point, de Mestre do Instituto Politécnico Rensselaer e de Mestre em Administração da Universidade de Long Island.

MATERIAL

As OM do Tipo I têm completa a sua dotação de material. As OM do Tipo II têm o material essencial para o tipo de atividade que vão executar na área de Defesa Interna instrução e ação de presença. Por exemplo, o armamento para emprego dessas OM é restrito ao fuzil, pistola e metralhadora. O armamento pesado como obuseiro, canhões ou morteiros, em quantidade mínima visa atender somente a Instrução Individual de Qualificação. Por seu lado, o consumo de munição é racionalizado, porquanto as OM Tipo II só devem realizar tiros com armamento leve portátil e a munição mais cara do armamento pesado destinar-se-á para as OM Tipo I. Em consequência, a munição não é dividida de forma simplista em tiros/por arma/por ano para todas as OM sem uma prioridade.

O combustível é bastante economizado, pois as OM Tipo II dispõem de um número menor de viaturas, bem como têm as necessidades de transporte diminuídas, devido a não realização do Período de Adestramento. Com isso, grande parte dos recursos disponíveis é canalizada para um número menor de OM, inclusive permitindo a aquisição de material adequado à guerra moderna.

Da mesma forma, as instalações típicas da infra-estrutura necessária à instrução, como “stands” de tiro, pistas de táticas individuais ou frações, etc., são construídas para atender a um número menor de Unidades, de forma comunitária, evitando-se ociosidade e elevado custo de manutenção.

Não é válido dizer que se tem muitas instalações para pouco uso, mas sim que se dispõe de poucas instalações, porém bastante utilizadas. Ora, considerando que os recursos são os mesmos, não é conveniente pulverizá-los atendendo a todos de uma forma incompleta, função das idênticas necessidades de cada um dentro, dentro da mesma estrutura organizacional; por exemplo: tiro/por arma/por ano ou quantidade de combustível por viatura, etc...

É importante concentrar recursos de acordo com as necessidades da OM, dentro da estrutura para atender às finalidades específicas. Assim, a maior parte dos recursos é destinada às OM Tipo I, em menor número do que as do Tipo II.

Vale lembrar que a surpresa tem caracterizado as penetrações nos territórios estrangeiros em busca de negociações diplomáticas posteriores. Logo, é impositivo que um Exército tenha condições de impedir essa penetração, em princípio pela dissuasão. Caso não o consiga pela dissuasão, que tenha aptidão de fazê-lo pelo poder de suas armas. E essas armas têm que ser modernas, como as recentes observações no cenário internacional bem demonstram.

O emprego dessas armas, por sua vez, também exige o exercício de uma doutrina correspondente. A eficiência não será obtida da noite para o dia. Talvez seja mais fácil adquirir um material sofisticado e caro do que formar uma doutrina de emprego com a rapidez esperada. Alguns desses equipamentos se fazem presentes de pronto: o emprego de helicópteros, de mísseis e de equipamentos de busca de alvos.

Assim, para estimular nosso raciocínio, verificamos que surge a necessidade de alguns regimentos de Cavalaria fossem dotados de helicópteros de reconhecimento e de ataque. Esses regimentos ou até que fosse um, proporcionam a prática doutrinária nos seguintes aspectos:

- reconhecimento aéreo e terrestre na frente, flancos e retaguarda;

- facilidade no exercício de controle e coordenação das peças de manobra por ocasião de interrupções das ligações normais; e
- ações, reações, e ligações mais rápidas, superando as grandes distâncias do TO continental.

Mas, essa evolução se faz premente nas demais armas. Hoje não se pode ficar ao largo do emprego do raio Laser, dos mísseis, dos meios modernos de engenharia, de comunicações e da guerra química. Os passos dessas conquistas só poderão ser dados em menor prazo, com a economia de recursos em grande parte da frente das necessidades e com a concentração em pequena parte dessas frentes, mas que exige muitos recursos.

Há duas formas de se conseguir equipamento moderno: através a pesquisa ou pela aquisição do produto acabado. A pesquisa precisa de tempo e recursos financeiros e a aquisição, só de recursos financeiros.

Mas, os equipamentos modernos geram doutrinas. É preciso tê-los em mãos. Logo, há que se compatibilizar as duas atividades, pesquisa e aquisição do produto, para não nos distanciarmos da doutrina, isto é, continuar pesquisando e adquirir equipamentos modernos em pequena escala.

INSTRUÇÃO

Nas OM Tipo I – *Adestramento*

Essas OM são essencialmente direcionadas para o ADESTRAMENTO.

Ao invés se ter um adestramento completo em cinco anos, voltado basicamente para os quadros e com a participação anual dos soldados, este poderia ser realizado em muito menor tempo, talvez em dois anos, *mas com um mesmo conjunto*.

As OM Tipo I não têm responsabilidade na Instrução Individual. Recebem os soldados e cabos já qualificados para o Adestramento que é a grande preocupação da atividade bélica. E esta, se não for praticada como uma equipe, todos se conhecendo e acreditando uns nos outros, não conduzirá para a vitória final.

Por outro lado, as Escolas também contarão, para demonstração ou prática de comando por seus alunos, com conjuntos completos, bem instruídos, sem necessidades de antecipações ou adaptações nos programas de instrução. As unidades que apoiam a EsAO sabem perfeitamente o que é preparar seu efetivo para exercícios de adestramento, quando deveriam estar no período de qualificação.

A tropa estará sempre pronta não só para essas atividades como também para emprego em ações de guerra. A surpresa encontrará resposta imediata e não uma tropa de formação incompleta.

Esses conjuntos completos e disseminados em diferentes regiões permitem a realização de exercícios no terreno integrado às atividades escolares da EsAO e da ECEME.

As OM Tipo I são localizadas próximas a campos de instrução adequados à natureza do material de dotação; assim, um GU de blindados tem vizinho a si um campo de instrução que permita seu emprego de forma adequada. Essas GU não são consideradas de escola, mas de emprego mesmo.

O adestramento, por seu turno, é uma atividade global e não pode ser encarado de forma estanque face a montagens distintas do ensino e da instrução. Deve ter uma origem única e atender o mais alto escalão até o mais baixo, de acordo com os objetivos colimados. Assim, um exercício de Exército de Campanha, montado pela ECEME em conjunto com a Seção de Planejamento de um Exército (atual Comando Militar), com objetivos determinados pelo EME, atende o exercício de grande comando, envolvendo um Exército, com suas divisões, brigadas, unidades e elementos de apoio administrativo, bem como a própria ECEME e a EsAO.

O planejamento centralizado permite a manutenção de uma doutrina e desenvolvimento de atividades interligadas das operações e do apoio administrativo, explorando os casos importantes de ambas as áreas de atuações. Para melhor atender as necessidades de segurança, o adestramento pode ser iniciado em épocas diferentes, de acordo com a GU e compatível com o término do Período de Instrução Individual das OM Tipo II.

Nas OM Tipo II – Instrução Individual

As OM Tipo II se dedicam fundamentalmente para a Instrução Individual Básica (IIB), nove semanas, e de Qualificação (IIQ), treze semanas.

Como atividade complementar são empregadas nos Cursos de Formação de Sargentos Temporários, dezessete semanas. Ou ter mais de uma incorporação no ano.

Em consequência, os custos com alimentação, munição, combustível e vencimentos são bastante diminuídos nas OM Tipo II, o que permite vencimentos melhores aos que prosseguem nas OM Tipo I, realizando o Período de Adestramento e completando os dois anos de serviço militar.

A defasagem da incorporação nas OM Tipo I permite também atender aos possíveis recompletamentos que se fizerem necessários.

Esse tipo de serviço militar das OM Tipo II consome pouco menos de seis meses, mas envolve um grande número de organizações, o que reforça a ideia de economia de um modo geral.

DISTRIBUIÇÃO DAS OM

As OM Tipo I são distribuídas pelo território nacional considerando:

- imposições estratégicas;
- proximidade de campos de instrução compatíveis com a natureza da OM;
- facilidade de reunião para emprego centralizado;
- proximidade de meios de transporte ferroviário, rodoviário, aeroviário e marítimo; e
- condições locais de suprimento.

As OM Tipo II são distribuídas pelo território, considerando:

- necessária ação de presença;
- absorção de parcela da juventude no Serviço Militar;
- condições para transformação em OM TIPO I;
- razões de Segurança Interna; e
- proximidade das OM Tipo I para facilitar a movimentação de militares.

Obviamente há casos nos quais é imperativa a existência de um OM Tipo II a despeito das poucas possibilidades de transformação em Tipo I.

Se as razões estratégicas forem impositivas para a existência de uma OM Tipo I em determinada região, áreas seriam desapropriadas para possibilitar o adestramento do seu efetivo. Em contrapartida, outras áreas consideradas inservíveis seriam alienadas.

CONCLUSÃO

Os recursos humanos e materiais de hoje devem ser remanejados a fim de que se disponha de algum conjunto do espectro da Força Terrestre no nível de Operacionalidade Plena.

Criam-se organizações de dois tipos. Um destinado principalmente para a Segurança Externa e outro para a Interna, ação inicial ou de presença.

Busca-se a profissionalização setorial do militar nos vários níveis hierárquicos.

Incentiva-se a pesquisa de novos equipamentos de emprego militar, sem deixar de adquiri-los, ainda que em pequena escala, para acompanhar a evolução da doutrina.

Considerar a doutrina como o centro das atenções, tendo em mente a preocupação sobre tudo que fazemos e tudo que iremos fazer.

Alocam-se mais recursos sobre um menor número de organizações, diminuindo os gastos em outras.

Ministra-se a Instrução Individual em algumas OM. Parte dos cabos e soldados assim formados é carreada para outras OM onde processar-se-á o Adestramento.

O tempo do Serviço Militar para muitos passa a ser de seis meses e para um menor número, melhor remunerado, ampliado para dois anos.

Em suma, economizar recursos em grande parte da frente e concentrá-los em pequena parte é uma solução.

(*) Ernesto Caruso é Coronel de Artilharia e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro. É Acadêmico da FAHIMTB.

Nota do Editor:

Agradecemos penhoradamente ao Cel Caruso pela sua avaliação sobre este assunto e pela contribuição ao O Tuiuti, Informativo da AHIMTB/RS.



Principais Efemérides de 2017:

- 1) 600 anos da fundação da Escola de Sagres;
- 2) 240 anos do Tratado de Santo Ildefonso;
- 3) 200 anos da conquista de Montevideo pelo Tenente-General Carlos Frederico de Lecór;
- 4) 190 anos da Batalha do Passo do Rosário e da Convenção Preliminar de Paz entre Brasil e Argentina;
- 5) 150 anos do início da reorganização do Exército Brasileiro no Paraguai por Caxias; e
- 6) 90 anos da derrota da Coluna Miguel Costa/Prestes e fim da mesma.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis

lecaminha@gmail.com

AHIMTB/RS

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br



A GUERRA É UM ASSUNTO VASTO E PROFUNDO QUE DIZ RESPEITO TANTO AO FILÓSOFO QUANTO AO GENERAL.

Joseph de Maistre